



GT 13. Antropologia dos direitos e das moralidades: Estado, "violência" e

Coordenador(es):

Flavia Medeiros Santos (UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina)

Lucia Eilbaum (UFF - Universidade Federal Fluminense)

O GT debaterá práticas, sentidos e valores associados a processos de configuração da “violência de estado” nas suas dimensões políticas, sociais e morais. Consideramos “violência” como categoria local, relacional e polissêmica, interessando discutir etnografias que analisem processos e/ou casos classificados como violência e como esta categoria têm efeitos na produção de direitos, moralidades e nas práticas de intervenção estatal e/ou paraestatal. O GT terá como questões: como se constroem práticas e moralidades em torno da categoria violência de estado?; como são criados, manipulados, incorporados, legitimados e/ou naturalizados dispositivos que resultam em processos e/ou casos definidos como violência de estado?; como se estabelecem movimentos sociais e processos políticos de demanda por direitos humanos e luta contra a violência de estado?; como casos denunciados como violência de estado repercutem? Esperamos trabalhos que analisem a relação entre violência de estado e direitos humanos, sua profundidade e continuidade histórica e categorias que lhe dão forma em processos sociais singulares. Em especial, etnografias que discutam práticas estatais e dispositivos de intervenção (burocráticos, judiciais, policiais, administrativos); processos de demandas e mobilização por direitos, considerando regimes políticos distintos e; contextos de demanda por justiça, verdade, memória, reparação, e denúncia de violência institucional, extermínio, terrorismo de estado e genocídio.

Reparação, proteção e saúde na história de Bárbara: algumas controvérsias

Autoria: Mariana Tavares Ferreira (Psicóloga - SUS)

Acompanho há alguns anos, como apoiadora do movimento de familiares de vítimas de violência estatal, Bárbara, mãe, testemunha do assassinato do filho, Diogo, adolescente, ocorrido há 14 anos. Com uma passagem de 3 anos pelo programa de proteção a testemunhas, Bárbara reiteradamente vinha buscando ajuda nos órgãos de Direitos Humanos, pedindo para voltar para a proteção?, onde, um dos principais quesitos era, segundo ela, o acesso a tratamentos e medicamentos para sua saúde abalada com a perda do filho. Nesta comunicação, apoiada na ideia da antropóloga indiana Veena Das apresentada num artigo do livro *Affliction ? How the Body Speaks?* (Como o corpo fala), procurarei explorar algumas expressões do corpo de Bárbara e os juízos morais que diferentes atores no movimento social tem sobre estas. Como estas expressões e juízos relacionam-se às políticas de proteção pelas quais passou e como ela entende essa proteção? muito próxima a um sentido de reparação, gerando controvérsias com agentes do estado e outros familiares e ativistas. Na história de Bárbara, emergem sentidos singulares na intersecção entre proteção? e saúde? na luta por reparação e justiça. Como psicóloga, comecei um work de articulação de uma rede de saúde, de forma a reunir possíveis apoiadores para o movimento que pudessem contribuir com essa questão dos processos de adoecimento dos familiares no decorrer da luta por justiça. No caso de Bárbara, passei a incentivar com que acessasse tratamentos no SUS, acompanhando-a em consultas, conversando com uma enfermeira do posto de saúde que sensibilizou-se com seu caso, dentre outras iniciativas. Chamava atenção que sempre que íamos a qualquer repartição de justiça, direitos humanos ou unidade de saúde, era sempre contada novamente a história da perda do filho e sempre dava a impressão de ser muito mais recente do que os 14 anos já decorridos. Mesmo num atendimento de emergência num hospital geral, onde tentaríamos através de um conhecido um exame de coração pois ela vinha tendo muito falta de ar ao caminhar, dores no



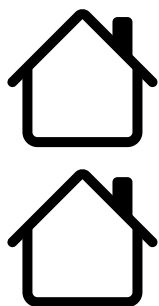
peito e dormências, ao falar de si na enfermaria lotada, rememorou o corpo do filho, os movimentos involuntários de seu braço quando baleado. Essa mãe entrou em luta corporal com os policiais, que colocaram a arma em sua cabeça e levaram seu filho ainda com vida. Terminaram de matá-lo no hospital. Bárbara vinha um pouco menos deprimida, participativa, começou a frequentar um grupo de terapia voltado para os familiares de vítimas de violência estatal. Porém, a região onde morava passou para o domínio da milícia e sua militância acabou por colocá-la sob ameaça. Momento em que Bárbara volta novamente para um programa de proteção, onde ficou por cerca de seis meses.



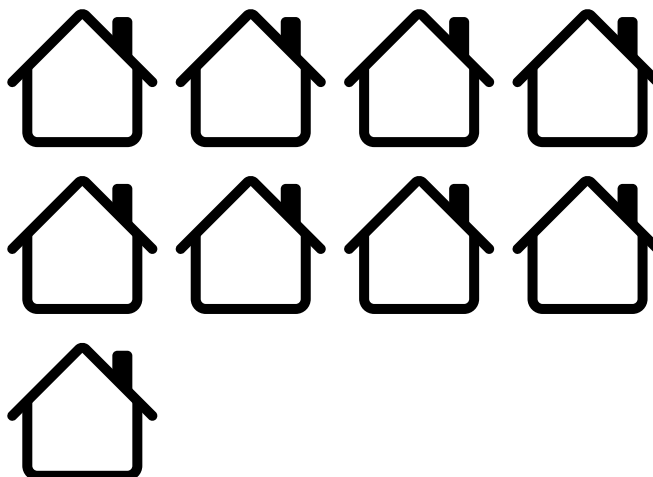
Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: